

Relatório de Atividades 2025

Rede Jubileu Sul Brasil





Sumário

Apresentação	03
Onde atuamos	06
Comunicação	08
Formações	09
Atividades de fortalecimento institucional	11
Atividades de formação, mobilização e incidência nos territórios	13
Mobilização e campanhas nacionais	20
Participação em espaços globais	23
Planejamento Estratégico 2026 - 2030	27
Auditoria institucional	28
Aprendizados para 2026	29
Entidades membro	31
Expediente	41

Apresentação

O presente relatório tem como objetivo apresentar as atividades desenvolvidas pela Rede Jubileu Sul Brasil (JSB) ao longo do ano de 2025.

O cenário externo do período deste relatório foi marcado pela reorganização política pós-eleições municipais e pelo aprofundamento das crises climáticas, o que exigiu dos movimentos sociais uma atuação técnica e politicamente robusta.

Dentro deste contexto, a Rede Jubileu Sul Brasil alcançou marcos expressivos na defesa de direitos e na educação popular, com especial destaque para os materiais comunicacionais, que atingiram 356 mil pessoas (alcance orgânico) - um crescimento de 130% na comparação com 2024.

A organização consolidou sua incidência política com uma delegação de 120 pessoas na Conferência do Clima das Nações Unidas - COP30 e na Cúpula dos Povos, em Belém (PA), onde pautou a justiça climática e lançou a "Carta Política dos Povos e Populações do Nordeste" em três idiomas.

Ainda levou uma declaração conjunta com o Jubileu Sul/Américas sobre o aprofundamento das relações existente denunciando e exigindo a anulação total e incondicional das dívidas ilegítimas, reparação das dívidas históricas, sociais, ecológicas e climática; e denunciando as falsas soluções e o modelo de transição energético, extrativista e especulativo que transferem para os países do Sul global os custos e os impactos. Os povos, a natureza, a vida não estão à venda.



Coordenação e equipe no encontro anual de 2025. Foto: Flaviana Serafim

No campo da educação popular, mobilizou 2.122 inscritos em cursos virtuais críticos sobre dívida pública, comunicação popular e política internacional, resultando na capacitação direta de centenas de lideranças.

No Rio Grande do Sul, a rede prestou ajuda humanitária a 359 famílias afetadas por enchentes, iniciou a estruturação de dez cozinhas comunitárias e promoveu oito diálogos estratégicos com autoridades públicas para mitigação de efeitos climáticos.

Foi realizado o Encontro de Economistas, que reuniu 30 professores de universidades para debater a crise estrutural do capital e propor alternativas fora da lógica neoliberal, e a centralidade do endividamento público e a financeirização no atual contexto econômico.

Outras conquistas relevantes incluíram a conclusão de oito diagnósticos e planos de resposta territoriais, o lançamento de três cartilhas pedagógicas da coleção “Mulheres por reparação das dívidas sociais”, fundamentais para formação popular, e a participação na coordenação nacional do Plebiscito Popular - que mobilizou mais de 2,1 milhões de votos em todo o país por justiça social e econômica, por soberania, redução da jornada de trabalho e pelo fim da escala 6x1.

O Jubileu Sul também teve participação qualificada em espaços globais, como na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC Social, na Cúpula dos Povos do G20 (África do Sul) e na Cúpula Popular dos Brics (Rio de Janeiro), consolidando a Rede JSB como interlocutora necessária junto a órgãos de controle para o debate sobre dívida-financeirização e reparações, encarando o desafio de traduzir pautas macroeconômicas complexas em processos de educação popular e incidência política qualificada.

Em conjunto com entidades membro, atendendo o chamado do Papa Francisco, foi realizada a campanha “Transformar a dívida em esperança”, que se conectou com a história do nascimento da rede – o Jubileu do ano 2000 sobre a Dívida Externa. Foi um momento ímpar de unidade na coleta de assinaturas para impulsionar ações - a interrupção da crise da dívida pública, com cancelamento das dívidas injustas sem impor condicionalidades; que os governos adotem medidas para evitar novas crises da dívida, abordando suas causas estruturais e reformando o sistema financeiro global; o estabelecimento de um marco permanente para a dívida, que seja transparente, vinculante e de alcance global sob a condução da ONU.

Acreditamos num mundo possível, sem dívidas, onde os povos são os verdadeiros credores. Reafirmamos nosso referencial ético político na crítica ao capitalismo, na exigibilidade de direitos humanos e na construção da justiça socioeconômica e ambiental. E seguimos na promoção da justiça social, enfrentando a financeirização da vida a partir da mobilização social e da autodeterminação dos povos.

Onde atuamos

✦ **Amazonas**
Manaus

✦ **Ceará**
Fortaleza

✦ **Bahia**
Salvador

✦ **São Paulo**
São Paulo
Diadema
São José dos Campos

✦ **Rio Grande do Sul**
Porto Alegre
Gravataí
Santana do Livramento

✦ **Minas Gerais**
Belo Horizonte

✦ **Rio de Janeiro**
Rio de Janeiro

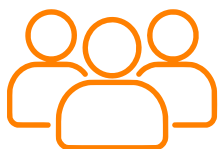


Alguns números



✦ **Beneficiários diretos:**

1.411 pessoas.



✦ **Beneficiários indiretos estimados:**

5.644 pessoas.



✦ **Formação:**

3 cursos virtuais;
3 cartilhas produzidas.



✦ **Campanha de conscientização sobre as dívidas sociais:**

30.339 pessoas alcançadas,
superando a meta inicial
prevista de 4.000 pessoas.



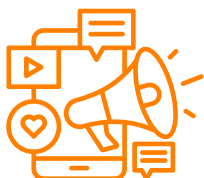
✦ **Financiadores:**

- DKA Áustria
- Fundação Ford
- Emenda Parlamentar da deputada federal Fernanda Melchionna, realizada via Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania.

Comunicação



- ✦ Alcance de 356.360 usuários únicos nas redes sociais e no site em 2025, com mais de 797 mil visualizações de conteúdo.



- ✦ Foram realizadas 1187 postagens de conteúdos digitais (cards, carrosséis, fotos e vídeos/reels) para as redes sociais.



- ✦ Produção e publicação mensal de notícias sobre as ações dos territórios.



- ✦ Elaboração e implementação de campanha de conscientização sobre as dívidas sociais, com produção e veiculação de materiais nos canais digitais.



- ✦ Foram produzidos banner, bolsas, camisetas e folders para divulgação das ações conforme os eixos do Plano de Trabalho.



- ✦ Produção gráfica, impressão e divulgação de cadernos temáticos.



- ✦ Apoio técnico na elaboração, veiculação e divulgação dos cursos virtuais para mulheres, juventudes e comunidades, em especial o curso de comunicação popular “Fala, território!”

Formações

A educação popular na Rede JSB é concebida como ferramenta de democratização do conhecimento e preparação para a incidência. Em 2025, os cursos virtuais funcionaram como espaços de formação crítica, conectando saberes acadêmicos de universidades parceiras às vivências dos territórios.

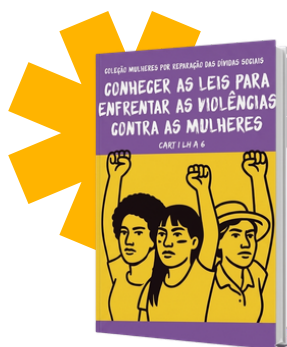
Foram realizados três cursos com diferentes objetivos e parcerias. O curso A dívida pública e o nosso cotidiano (64h), teve como objetivo analisar como o sistema da dívida impacta serviços públicos e direitos sociais, contando com 396 inscritos e parceria com a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Mulheres fortalecem resistência através da formação política comunitária.
Foto: Gorete Gama



O Fala, território! (60h), formou comunicadoras e comunicadores sob a ótica da comunicação popular e ancestral, alcançando 1.432 inscritos e reunindo parcerias como Bioma Comunicação Ancestral, DiraCom, Núcleo Piratininga de Comunicação, Instituto PACS e Instituto Terramar, entre outros. Por fim, o curso Política internacional para movimentos sociais (60h) discutiu imperialismo, política externa e descolonização da diplomacia, teve 321 inscritos e foi realizado em parceria com o Instituto PACS e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

✧ Materiais pedagógicos produzidos:



- **Três novas cartilhas da Coleção Mulheres por reparação das dívidas sociais:** “Conhecer as leis para enfrentar as violências contra as mulheres”, “Dívida pública e crise climática: entenda os impactos na nossa vida”, e “Dívida Pública e crise climática: caminhos para resistir”.



- **Cartilha de cartografia social:** “Ferramenta de transformação social”, material que sistematiza anos de mapeamento crítico nos territórios.



- **Carta Política dos Povos e Populações do Nordeste:** documento trilingue central para a internacionalização da denúncia do racismo ambiental brasileiro.

Atividades de fortalecimento institucional

Reunião da Coordenação Nacional da Rede Jubileu Sul Brasil:

A coordenação da Rede JSB realizou, entre os dias 20 e 22 de março, um encontro presencial em São Paulo para avaliar as ações desenvolvidas em 2024 e planejar as atividades de 2025. A reunião reuniu representantes das entidades membros da Rede e abordou eixos como o enfrentamento aos impactos da dívida pública, os direitos das mulheres, a comunicação popular e a mobilização social.

A programação incluiu análise de conjuntura, balanço das atividades, definição de propostas futuras, revisão do planejamento estratégico 2022–2025, prestação de contas e mobilização de recursos. No domingo (23), foi realizada uma reunião específica voltada ao planejamento da ação “Mulheres por reparação das dívidas sociais”, com base no diagnóstico dos territórios, na definição do plano de ação para o ano e na apresentação de indicadores de resultados para 2025.



Encontro de Economistas na capital fluminense. Foto: Flaviana Serafim



Encontro de Economistas:

A atividade, realizada pelo Jubileu Sul Brasil no Rio de Janeiro, em 14 e 15 de julho de 2025, reuniu 30 participantes (15 mulheres e 15 homens) de diversas organizações e professores de universidades para debater a crise estrutural do capital e propor alternativas fora da lógica neoliberal. Além do planejamento da Campanha da Dívida, o encontro elaborou um chamado à ação, enfatizando que a classe trabalhadora precisa transitar de uma postura defensiva para uma ofensiva, unindo movimentos feministas, negros e ambientalistas sob uma agenda anticapitalista.

Atividades de formação, mobilização e incidência nos territórios

Oficinas de geração de renda em São Paulo, Salvador e Manaus:

Foram realizadas oficinas com mulheres da União Social dos Imigrantes Haitianos e com um coletivo da Zona Norte, fortalecendo a autonomia econômica e a organização coletiva por meio do crochê e do artesanato tradicional dos territórios como estratégia concreta de geração de renda e valorização de saberes populares.

Oficinas temáticas em múltiplos territórios:

A Rede promoveu rodas de conversa em Belo Horizonte, Fortaleza, Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Santana do Livramento e São Paulo, mobilizando comunidades a partir das cartilhas produzidas. Essas atividades potencializaram o acesso à informação crítica e fortaleceram processos de formação política enraizados nos territórios.

Mulheres no grupo de geração de renda em Manaus (Amazonas).
Foto: Flaviana Serafim





Roda de conversa em Salvador (BA). Foto: Josilene Passos

Diagnósticos territoriais e cartografia social:

A produção da cartilha “Cartografia Social: ferramenta de transformação social” reuniu um acúmulo metodológico construído ao longo de anos, sistematizando diagnósticos territoriais e fortalecendo a capacidade das comunidades de ler, analisar e intervir em seus próprios territórios a partir de seus saberes e vivências.

Carta Política e materiais de incidência:

a elaboração da “Carta Política dos Povos e Populações do Nordeste”, em português, inglês e espanhol, fortaleceu a incidência política da Rede JSB em espaços estratégicos como a Cúpula dos Povos e a COP30, ampliando a visibilidade internacional das denúncias e propostas dos territórios. Em articulação com a rede Jubileu Sul/Américas, foi produzido e amplamente distribuído um folder trilíngue, contribuindo para a denúncia da financeirização da natureza e reafirmando a defesa da vida acima da lógica da dívida.

Apoio à produção de conhecimento popular:

A Rede JSB apoiou a impressão de material didático sobre agrotóxicos, resultado do Tribuna Popular promovido pela entidade membro Esplar - Centro de Pesquisa e Assessoria, fortalecendo a produção e circulação de conhecimento crítico sobre os impactos socioambientais do modelo agroindustrial.

Caravanas Territoriais (julho de 2025):

Realizadas três caravanas na região metropolitana de Fortaleza (Raízes da Resistência, Construindo o Futuro Ancestral e Pela Vida Fértil), promovendo escuta ativa, articulação comunitária e levantamento de demandas concretas, fortalecendo a organização popular e a construção de agendas locais de incidência.

Diagnósticos e Planos de Resposta:

Concluídos oito diagnósticos e oito planos de resposta territoriais, consolidando processos participativos que articulam análise crítica, planejamento comunitário e incidência política, especialmente a partir das escutas realizadas nas caravanas.

II Seminário Cúpula dos Povos Nordeste (agosto de 2025):

Com o tema “Transição ou Tran\$ação Energética?”, o seminário reuniu cerca de 250 participantes em Fortaleza, constituindo um espaço estratégico de formação, articulação e denúncia dos impactos das políticas energéticas nos territórios. O encontro debateu os impactos socioambientais da chamada “transição energética”, denunciando processos de financeirização do clima e de mercantilização dos bens comuns, como água, terra e energia, impulsionados pela expansão de grandes empreendimentos de energia renovável e data centers nos territórios.



Seminário “Transição ou Tran\$ação energética?”, em Fortaleza (CE).

Incidência institucional e audiência pública (setembro de 2025):

A participação na audiência sobre o Plano Plurianual (PPA) na Câmara Municipal de Fortaleza garantiu a inserção das demandas de mulheres e comunidades nos espaços formais de decisão, fortalecendo a presença política dos territórios.

Seminário de Mobilização Popular (novembro de 2025):

Atividade estratégica de preparação para a Cúpula dos Povos em Belém, que consolidou processos organizativos e resultou na ampla divulgação da Carta Política dos Povos e Populações do Nordeste.

Cuidado e fortalecimento das mulheres:

As rodas de conversa quinzenais de atendimento psicossocial, realizadas virtualmente, garantiram um espaço contínuo de escuta, cuidado e fortalecimento emocional para mulheres dos territórios, reconhecendo o cuidado como dimensão central da luta política.



Visita técnica à Universidade Federal do Ceará: troca de saberes do “Sisteminha” de produção de alimentos. Foto: Ada Ponte

Ações de soberania alimentar:

A Rede apoiou a manutenção dos Sisteminhas em comunidades de Fortaleza, fortalecendo práticas de produção de alimentos comunitária, promovendo autonomia, segurança alimentar e resistência frente às crises socioeconômicas e climáticas. O Sisteminha é um sistema de produção coletiva e comunitária de alimentos (hortas, galinheiro, tanque de peixes), desenvolvido pela Embrapa para pequenos espaços.

Apoio à luta do povo Avá-guarani:

Em articulação com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), entidade membro da rede, o Jubileu Sul tem atuado de forma contínua em apoio à luta do povo indígena Avá-Guarani por verdade, justiça e reparação histórica diante das violações provocadas pela construção da hidrelétrica de Itaipu. A organização vem fortalecendo as denúncias sobre os impactos socioambientais, o deslocamento forçado de comunidades indígenas, a perda de territórios ancestrais e a dívida histórica deixada pelo megaprojeto construído durante as ditaduras do Brasil e do Paraguai. O Jubileu Sul Brasil também acompanhou mobilizações, audiências públicas, reuniões com órgãos do governo federal e ações de incidência junto às comunidades

afetadas, defendendo a reparação territorial, cultural, ambiental e financeira aos Avá-Guarani.

Ajuda humanitária:

Foram realizadas diversas ações de ajuda humanitária no Rio Grande do Sul, com destaque para a entrega de colchões, chaleiras elétricas e para o trabalho desenvolvido pelas cozinhas solidárias. Ao todo, foram apoiadas 10 cozinhas comunitárias (Orquídea, Tulipa, Guajuviras, Ocupação Vida Nova, Ocupação Periferia, Tamanca, Conceição, Nazareth, Zona Norte e Arvoredo), que se configuram não apenas como espaços de soberania alimentar, mas também de educação popular e organização coletiva. 359 famílias foram apoiadas por meio das doações e pelo funcionamento das 10 cozinhas solidárias.

Incidência política:

Foram realizados 10 eventos de diálogo com autoridades públicas e órgãos de controle para tratar da mitigação dos efeitos das enchentes e adaptação às mudanças climáticas. Dentre estes eventos houve a realização de mesas de diálogo específicas com órgãos como o Departamento Municipal de Habitação (DEM HAB) e a Brigada Militar, em Porto Alegre.



Escola das Comunidades e cozinha solidária na comunidade Orquídea Solidária, em Porto Alegre (RS). Foto: Marcelo Freire



Defesa de Direitos:

O projeto realizou o acompanhamento de ações judiciais voltadas ao enfrentamento de conflitos urbanos por moradia digna no Rio Grande do Sul.

- **Escola das Cidades:** a iniciativa, também chamada de Escola “Direito à Cidade e Adaptação às Mudanças Climáticas”, capacitou 470 pessoas em Porto Alegre.
- **Escola das Comunidades:** implementação de uma iniciativa pioneira de espaço de educação popular, organização coletiva e formação de lideranças, especialmente mulheres e jovens, totalizando 19 ações formativas ao longo de 2025, com temas como juventudes, educação, direitos dos atípicos, formando em seu primeiro ano aproximadamente 600 pessoas.
- **Assessoria territorial:** foram atendidas 342 pessoas em ações de assessoria à auto-organização para mulheres e jovens em comunidades gaúchas atingidas pelas enchentes de 2024, superando a meta inicial de 300 pessoas.

A Rede JSB fez parte da coordenação Nacional do Plebiscito Popular “Por um Brasil mais justo e soberano”, que em conjunto com diversos coletivos de movimentos, sindicatos e centrais sindicais, entidades e organizações da sociedade civil. O Plebiscito Popular 2025 consultou a população sobre temas entre os mais relevantes da atualidade: a redução da jornada de trabalho sem redução de salário; o fim da escala 6x1; a taxaçoão dos mais ricos, com rendimentos acima de R\$ 50 mil; e a isençoão do imposto de renda para quem recebe até R\$ 5

mil. Para organizar o plebiscito, o Jubileu Sul contribuiu com os processos de formação nacional, regional e local, na elaboração de materiais político-pedagógicos e de agitação e propaganda. A votação foi encerrada em 12 de outubro, consolidando-se como um marco de mobilização social e política no país. A campanha, que se estendeu por 103 dias, terminou com 2.118.419 votos, com urnas montadas em todo o território nacional e participação pela internet.

Grito dos Excluídos e Excluídas:

“Cuidar da Casa Comum e da democracia é luta de todo dia” foi o lema do 31º ano do Grito em 2025, conectado com o cenário global de crises climáticas e sociais, reforçando a defesa intransigente da democracia e a importância do cuidado com o meio ambiente. O Grito é uma entidade membro e o JSB participa dessa caminhada desde a criação da Rede. Mais do que uma articulação, é um processo de construção coletiva, uma manifestação popular que no 7 de Setembro mobiliza milhares de pessoas, igrejas e movimentos sociais de todo o país comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas. Por isso, o Grito também fez parte das entidades engajadas na soma de forças para coleta de votos do Plebiscito Popular 2025, sobretudo na Semana da Pátria.

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora - Cepast/CNBB:

Entidade membro do Jubileu Sul Brasil, a Cepast é responsável por mobilizar as Semanas Sociais Brasileiras (SSB). As SSB são um processo coletivo que envolve as pastorais sociais da CNBB, igrejas cristãs em diálogo inter-religioso, movimentos populares, organizações, sindicatos e instituições de ensino. O objetivo da comissão é articular forças populares e intelectuais para

debater e buscar ações sociotransformadoras frente às questões sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais do país.

Frente Brasileira Contra os Acordos Mercosul-UE e Mercosul-EFTA:

O Jubileu Sul Brasil teve participação ativa e constante nas mobilizações contra o acordo entre União Europeia e Mercosul, atuando na coordenação da Frente por meio do grupo de animação. A Rede contribuiu com a produção e ampla divulgação de materiais de comunicação em seus canais, além de promover o aprofundamento do debate crítico junto à sua coordenação e às entidades-membro no Brasil e nas Américas. Também participou de diversas atividades organizadas pela Frente e realizou incidência em espaços de tomada de decisão, fortalecendo uma perspectiva crítica aos acordos. Entre as iniciativas relevantes, destaque para a participação na Jornada Latino-americana e Caribenha de Integração dos Povos e a ação internacional na qual mais de 400 organizações apelaram pela rejeição do acordo UE-Mercosul, reforçando a dimensão global da mobilização.

Participação em espaços globais

CELAC Social:

O Jubileu Sul participou da III CELAC Social, realizada nos dias 8 e 9 de novembro, em Santa Marta, na Colômbia, no contexto da IV Cúpula CELAC–União Europeia, contribuindo para os debates e articulações voltados ao fortalecimento da integração regional, da soberania dos povos e da defesa da América Latina e do Caribe como zona de paz. Inserida na articulação continental de movimentos sociais, sindicais e organizações da sociedade civil, a Rede se somou às reflexões críticas sobre os desafios atuais da região, reafirmando a importância da unidade latino-americana, da democracia, da justiça social e da construção de alternativas populares frente às agendas neoliberais e aos acordos desiguais com a União Europeia.

Conferência do Clima COP30:

De 11 a 16 de novembro de 2025, representantes da Rede JSB estiveram presentes em Belém do Pará com uma série de atividades durante a COP30 e a Cúpula dos Povos. A organização, juntamente com suas entidades membro, parceiras e ainda a rede Jubileu Sul/Américas, promoveu debates críticos sobre dívida climática, financeirização da natureza, transição energética justa e os impactos dos tratados de livre comércio, sempre com foco na defesa dos territórios, dos direitos dos povos e da natureza.

O Jubileu Sul Brasil organizou cinco atividades próprias, com destaque para os debates sobre transição energética justa, que deram voz direta às comunidades impactadas por megaempreendimentos nos territórios. A articulação pautou a crítica à financeirização da natu-

reza e ao capitalismo verde, pressionando por respostas estruturais que incluam a auditoria de dívidas ilegítimas e a defesa dos bens comuns, e denunciando as falsas soluções apresentadas nos espaços “oficiais” da COP30. Foram realizadas agendas com parceiros internacionais para conectar as lutas locais com temas globais, como a agenda do G20 e a rejeição ao Fundo para Florestas Tropicais para Sempre (TFFF).

A Rede também participou na Marcha dos Povos pelo Clima na COP30, que reuniu 70 mil pessoas, e em uma barqueata internacionalista por justiça climática.

COP30: Jubileu Sul e entidades membro na Marcha dos Povos pelo Clima e na “Barqueata”. Fotos: Marcelo Freire





COP30: Jubileu Sul e entidades membro na Marcha dos Povos pelo Clima e na “Barqueata”. Fotos: Marcelo Freire

Cúpula Popular dos Brics:

O JSB esteve presente na Cúpula Popular dos Brics, que aconteceu no Rio de Janeiro entre 1 e 4 de dezembro de 2025, no Armazém da Utopia, no Cais do Porto. O evento reuniu movimentos sociais, organizações internacionais e lideranças de diversos países para debater alternativas ao modelo hegemônico global, colocando os povos e a justiça socioambiental no centro das discussões G20, na África do Sul.

Cúpula dos Povos do G20:

Presença com três representantes na África do Sul, na Cúpula dos Povos do G20 “Somos 99%”, com a produção de materiais e distribuição e disseminação da “Carta Política” de ambos os processos. Sistematização de críticas à problemática dívida-financeirização-extrativismo e sua conexão com a crise climática por meio

de artigos, matérias e conteúdo em redes sociais. O objetivo foi seguir no diálogo sobre o processo realizado no Rio de Janeiro, em 2024, fortalecendo os laços entre os povos e o enfrentamento a este modelo que exclui, degrada e explora em nome da financeirização das nossas economias e das vidas.

Rede Jubileu Sul/Américas:

O JSB faz parte do Jubileu Sul/Américas (JS/A), outra rede ampla e plural que atua na América Latina e Caribe em defesa dos povos e da natureza, em todas as suas manifestações e expressões. Por sua vez, o JS/A integra o movimento global pela anulação e repúdio das dívidas externas e internas, exigindo reparações (financeira, histórica, socioecológica) aos danos causados pelo endividamento que impacta o desenvolvimento humano, social, ambiental, político e econômico dos países, sobretudo no Sul global.

Planejamento Estratégico 2026-2030

Em 2025, a Rede Jubileu Sul Brasil deu início ao planejamento estratégico do período 2026-2030. Elaborado de forma participativa e coletiva, tem o objetivo de orientar as ações da Rede no próximo quinquênio, fortalecendo sua identidade, sua incidência política e sua capacidade de articulação.

A iniciativa reafirma o compromisso histórico da JSB de atuar frente aos desafios vivenciados pelos povos e territórios, resistindo de forma articulada às violências estruturais do modelo capitalista, patriarcal, colonial e extrativista.

Auditoria institucional

O Jubileu Sul Brasil se submete anualmente à Auditoria Institucional. Em 2025 esse trabalho de verificação foi realizado pela empresa Audisa Auditoria e Consultoria, a qual revisou a documentação e emitiu parecer referente ao ano contábil de 2024.

São examinadas as demonstrações contábeis do Instituto Rede Jubileu Sul Brasil que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Para a Rede JSB, as demonstrações contábeis referidas no período apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade ao final de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Para mais informações, acesse os relatórios de auditoria no site [clicando aqui](#).

Aprendizados para 2026

O ano de 2025 reafirmou, na prática, que a luta contra as desigualdades estruturais exige organização popular, formação crítica e incidência política permanente. Em um cenário de aprofundamento da crise climática, avanço da financeirização da vida e reorganização das disputas de poder, a Rede Jubileu Sul Brasil fortaleceu seu papel como sujeito coletivo comprometido com a transformação social e a construção de alternativas ao modelo dominante.

Mais do que cumprir metas, o que se consolidou ao longo deste período foi o fortalecimento de um projeto político enraizado nos territórios. As formações, as cartografias sociais, os diagnósticos e os processos de mobilização não apenas ampliaram capacidades técnicas, mas contribuíram para aprofundar a consciência crítica sobre as conexões entre dívida, crise climática, racismo ambiental e expropriação dos povos. Esse acúmulo reafirma a educação popular como ferramenta estratégica de disputa de narrativas e de construção de poder popular.

A presença ativa da Rede em espaços nacionais e internacionais evidenciou que as vozes dos territórios não apenas resistem, mas incidem. Ao tensionar agendas como a transição energética, denunciar falsas soluções e afirmar a centralidade da justiça climática, o JSB contribuiu para desnaturalizar projetos que aprofundam desigualdades sob o discurso do “desenvolvimento” e da “economia verde”. A construção e internacionalização da Carta Política dos Povos e Populações do Nordeste é expressão concreta dessa disputa política e simbólica.

Nos territórios, especialmente em contextos de crise como no Rio Grande do Sul, ficou evidente que a solidariedade organizada é também uma forma de enfrentamento político. As ações de ajuda humanitária, articuladas à formação, à organização comunitária e à incidência, demonstram que não há separação entre emergência e transformação estrutural, ambas fazem parte do mesmo processo de luta por direitos e por justiça.

Os aprendizados acumulados apontam que os desafios seguem sendo profundos: ampliar o acesso e a permanência nas formações, cuidar das lideranças que sustentam cotidianamente os processos organizativos e garantir condições materiais para a continuidade das lutas. Diante de um cenário de retração de recursos e intensificação das desigualdades, fortalecer a autonomia política e organizativa das comunidades é tarefa central. Seguimos, portanto, com a convicção de que é nos territórios, na organização coletiva e na articulação entre lutas que se constroem caminhos reais de transformação.

A Rede Jubileu Sul Brasil reafirma seu compromisso com a defesa da vida acima da dívida, com a soberania dos povos e com a construção de um projeto popular que enfrente as raízes das injustiças e coloque no centro os direitos, os territórios e o bem viver.

Entidades membro

O Jubileu Sul Brasil conta com 23 entidades membro. Conheça um pouco a pluralidade das organizações que integram a nossa rede:

Associação de Favelas de São José dos Campos

A associação nasceu de uma necessidade de organização popular em 1988, com o objetivo de levar educação e formação popular e defender os direitos da população invisibilizada.

Ao longo da trajetória da associação, houve diversas parcerias com outros movimentos e pastorais, desenvolvendo mobilizações com o intuito de cobrar ações das autoridades, reivindicando espaços que pertencem à população desde a fundação da cidade, mas que até os dias atuais vive na irregularidade por descaso do Estado.

Cáritas Brasileira

A Cáritas Brasileira, fundada em 12 de novembro de 1956, é uma das 170 organizações membro da Cáritas Internacional. Tem origem na ação mobilizadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A missão da Cáritas é essencialmente buscar caminhos transformadores para a vida dessas pessoas, na perspectiva da garantia da dignidade e da defesa dos direitos humanos.

No Brasil atua como um organismo CNBB e possui uma rede com 187 entidades membro e 12 regionais. É uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul e acolheu a nossa secretaria administrativa em suas dependências físicas, entre os anos de 2001 e 2006.

Central de Movimentos Populares

A Central de Movimentos Populares (CMP) é uma organização presente em 19 estados brasileiros, que congrega diversos movimentos populares urbanos, como de moradia, saúde, mulheres, negros(as), juventude, economia solidária, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e associações de moradores.

A CMP resultou de um processo histórico de resistência dos movimentos populares, em especial das lutas sociais da década de 1980, em defesa da reforma urbana e de um projeto democrático-popular para o país, com o objetivo de articular os movimentos populares urbanos em suas lutas comuns e de caráter geral, como forma de superar a fragmentação existente entre os movimentos populares. Tornou-se uma das organizações fundadoras da Rede Jubileu Sul.

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares

Fundado em dezembro de 2001, o Centro Dandara de Promotoras Legais Populares é resultado do projeto “Promotoras Legais Populares”, que se instalou na cidade de São José dos Campos no final da década de 1990. O interesse das promotoras legais, em especial das primeiras turmas, foi fundamental para a criação desta instituição que agrega mulheres de diversos segmentos da sociedade.

Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)

O Centro de Estudos Bíblicos (CEBI) surgiu em 1960 e visa aprofundar, consolidar, articular e organizar a prática da leitura bíblica feita dentro da realidade e da comunidade, despertando a solidariedade e a cooperação na busca de soluções para os problemas do cotidiano, defendendo e promovendo a vida, através da inserção em comunidades eclesiais, grupos populares e

movimentos sociais

Em duas décadas de projeto, nos mais de 20 anos de existência institucional, o centro se consolida como “Espaço de Mulher”, com o objetivo de promover os direitos humanos focando as desigualdades decorrentes das relações de gênero, raça/etnia e socioeconômicas, em âmbito nacional, além de promover a defesa dos direitos econômicos, sociais e culturais, meio ambiente, da (o) consumidora (o), das pessoas com deficiência, habitação popular, urbanismo, saúde e educação.

Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves

O Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves foi criado na Zona Oeste do Rio de Janeiro (RJ), com o objetivo de promover formação política-social e atividades culturais, a partir da perspectiva da educação popular.

Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR)

O Centro de Pesquisa e Assessoria (ESPLAR) é uma organização não governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundada em 1974, que atua em defesa da agricultura familiar e da agroecologia no semiárido cearense.

O Esplar existe para apoiar os movimentos sociais na construção de um projeto de desenvolvimento solidário, ecologicamente sustentável e resiliente às mudanças climáticas, com foco na agricultura familiar de base agroecológica, na perspectiva da igualdade de gênero, raça, etnia e geração.

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da CNBB

O Jubileu Sul Brasil faz parte da Comissão Episcopal para

a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). A Rede JSB é uma ação concreta da 3ª Semana Social Brasileira (1997-1999), que abordou o tema “Resgate das dívidas sociais: justiça e solidariedade na construção de uma sociedade democrática”.

A primeira SSB surgiu em 1991 e todas as edições articulam as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas, socioeconômicas e socioambientais do país para uma ação sociotransformadora. A 6ª edição da SSB (2020-2023) pauta tema “Mutirão pela vida: por terra, teto e trabalho”, além dos eixos democracia, economia e soberania, com a proposta da construção do projeto popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores.

Conselho Indigenista Missionário - Cimi

Criado em 1972, no auge da ditadura militar, quando o Estado brasileiro adotava como centrais os grandes projetos de infraestrutura, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), procurou favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, denunciando as estruturas de dominação, violência e injustiça, praticando o diálogo intercultural, inter-religioso e ecumênico, apoiando as alianças desses povos entre si e com os setores populares para a construção de um mundo para todos, igualitário, democrático, pluricultural e em harmonia com a natureza.

Fórum de Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental

O Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Socioambiental (FMCJS) é uma articulação de entidades, pastorais e mo-

vimentos sociais que atuam em rede para gerar consciência crítica e enfrentamento em relação a tudo que causa o aquecimento da Terra e vai tornando mais perigosas as mudanças climáticas, de modo especial para os povos, comunidades e pessoas que as sociedades capitalistas jogam na marginalização e na miséria.

Atua em âmbito nacional e está presente nos biomas e territórios por meio das entidades membros e de outras entidades parceiras, promovendo a convivência com cada bioma e ecossistema.

Frente de Luta por Moradia (FLM)

É um movimento social autônomo, fundado em 2004 em São Paulo, que luta pelo direito à moradia digna e por uma reforma urbana justa. A Frente de Luta por Moradia atua por meio de ocupações de prédios abandonados ou subutilizados, pressionando o poder público e denunciando o déficit habitacional e a especulação imobiliária.

Já garantiu moradia para milhares de pessoas em dezenas de ocupações na cidade de São Paulo, com forte protagonismo de mulheres negras e periféricas. Além do acesso à moradia, oferece suporte psicológico, jurídico e assistencial, articulando luta antirracista, de gênero e por políticas públicas habitacionais.

Frente por uma Nova Política Energética

A Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil (FNPE), lançada em maio de 2013 no Seminário Nacional sobre a Política Energética, é uma articulação nacional que reúne de forma livre e espontânea um conjunto de organizações da sociedade civil.

A missão é contribuir para a viabilização de uma nova política para o setor energético que responda adequadamente aos desafios do século 21 e seja baseada na participação popular, justiça socioambiental com respeito aos direitos humanos, da natureza e à diversidade cultural, eficiência energética, diversificação da matriz energética e autonomia energética das pessoas e comunidades, na perspectiva do bem viver.

Grito dos/as Excluídos/as Nacional

A proposta do Grito dos Excluídos e Excluídas surgiu em 1994, a partir do processo da 2ª Semana Social Brasileira, da CNBB. Mais do que uma articulação, o Grito é um processo, é uma manifestação popular que integra pessoas, grupos, entidades, igrejas e movimentos sociais comprometidos com as causas dos excluídos e excluídas. A proposta não só questiona os padrões de independência do povo brasileiro, mas ajuda na reflexão para um Brasil cada vez melhor e mais justo para todos os cidadãos e cidadãs, é um espaço aberto para denúncias sobre as mais variadas formas de exclusão.

Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

O Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS) é uma organização da sociedade civil, fundada em 1986 por economistas latino-americanos que voltavam do exílio, após mais de uma década de ditaduras empresariais-militares. É uma instituição que há mais de 30 anos soma na luta anticapitalista, com uma importante identidade latino-americana, tornando-se pioneira e árdua defensora na luta pela integração dos povos.

O PACS trabalhou e trabalha com o intuito de colaborar na construção de um mundo de justiça social, ambiental e política, onde trabalhadoras e trabalhadores, indivíduos-

os e coletividades, livres das amarras das opressões, sejam capazes de enfrentar e superar as ameaças socioeconômicas e ambientais

Movimento de Conselhos Populares do Ceará (MCP)

O Movimento de Conselhos Populares do Ceará começou entre 2004/2005, com participação ativa de estudantes e da população periférica. Ao longo de sua trajetória, o MCP se mobilizou para atender a diversas demandas da população, entre elas, oferecimento de cursos profissionalizantes, luta por moradia, fome zero e vida digna a todos. O MCP tem o intuito de apoiar a formação de grupos de produção que gerem renda, fortalecer a luta pelo trabalho, saúde, saneamento básico, igualdade de gênero, priorizando a vida acima de tudo, em todos os aspectos.

Núcleo Jubileu Sul Brasil em Salvador, Manaus e Brasília

Nestas três cidades temos um núcleo, ou um comitê local, que desenvolve uma série de atividades locais, apoiando especialmente a Ação "Mulheres por reparação das dívidas sociais".

OLMA - Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida

O OLMA, foi criado pela Província dos Jesuítas do Brasil e embalados pelo paradigma da Ecologia Integral, a partir da Encíclica *Laudato Sí*, atuam especialmente em três esferas: ação humana; compromisso social, na luta por políticas de garantia dos direitos sociais básicos; cuidado ambiental, na luta pela preservação da vida em toda a sua diversidade para o futuro do planeta Terra e direito às condições de vida das gerações futuras. O observatório se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação.

Neste documento, o Jubileu Sul faz homenagem a dois grandes colaboradores e fundadores da rede: padre Thierry Linard e padre Bernard Lestienne (in memorian).

Pastoral Operária Nacional

A Pastoral Operária Nacional (PO) é uma pastoral social a serviço da classe trabalhadora urbana, organizada, composta e dirigida pelos trabalhadores/as. Faz parte das Pastorais Sociais da Comissão para a Caridade, Justiça e Paz da CNBB.

Atua como presença da Igreja junto à classe trabalhadora, no compromisso de agir com o povo e não para o povo, com o objetivo de resgatar a cidadania plena e o protagonismo dos/as empregados/as formais, informais e desempregados/as, na construção da sociedade justa e solidária, tendo como chave a questão do trabalho, dentro dos desafios principais.

Rede Emancipa Comunidades - RS

Movimento social de educação popular, a Rede Emancipa surgiu em 2007 com o propósito de oferecer cursinhos pré-universitários gratuitos para jovens de escolas públicas.

O projeto, que teve início com um pré-universitário em Itapevi/SP, hoje tem atuação em mais de 20 cidades distribuídas em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pará e Rio Grande do Sul.

Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos

A Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos é uma articulação política nacional do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, fundada em 1991. É integrada por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e gru-

pos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres, feministas e profissionais da saúde.

Desde a sua criação, a metodologia de trabalho da Rede Feminista vem envolvendo ações e incidência política junto às diferentes instâncias públicas do país visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres e assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres.

Serviço Pastoral dos Migrantes

Criado em 1986, é um organismo vinculado ao Setor Pastoral Social da CNBB. O Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), atua junto aos migrantes em ações com segmentos sociais, promovendo ações de inclusão social, denunciando violações dos direitos dos migrantes e trabalhando para a construção de um país mais igualitário para todos. Além disso, também busca abrir espaços para expressões religiosas e culturais, promovendo a acolhida, o intercâmbio entre origem e destino dos migrantes, com visitas pastorais e missões populares.

União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH

A União Social dos Imigrantes Haitianos - USIH surgiu a partir da iniciativa de um grupo de haitianas e haitianos que sentiu a necessidade de se auto-organizar para enfrentar a realidade de preconceito e discriminação que seus compatriotas têm encontrado ao chegar ao Brasil.

A USIH começou a ser gestada a partir de reuniões e encontros iniciados em setembro de 2014, sendo oficialmente fundada em 1º de fevereiro de 2015, na cidade de São Paulo (SP). É uma das primeiras entidades

auto-organizadas de haitianos no Brasil e sua experiência na área advém do acúmulo de lutas e resistências concretas de seus membros fundadores sofridas na pele, antes mesmo de sua fundação, que ocorreram para enfrentar a realidade de violações de direitos humanos sofridos pelos imigrantes haitianos em São Paulo.

Expediente

Produção

Rede Jubileu Sul Brasil

Contribuições

Secretaria executiva: Rosilene Wansetto

Articulação nacional: Sandra Quintela e Francisco Vladimir

Administrativo: Ísis Oliveira Cunha e Lucimeire Araújo

Assistentes de projetos: Carolina de Mendonça

Rodrigues Silva e Raíssa Lazarini

Comunicação: Flaviana Serafim

Projeto Gráfico

Kaio Nilo de Freitas

Contato

faleconosco@jubileusul.org.br

11 94531-7411 / 11 3112-1524

Site

jubileusul.org.br

Ano: 2025

Siga nossas redes e mídias:



jubileusul.org.br



[JubileuSul](#)



[jubileusul](#)



[jubileu.sul.brasil](https://www.tiktok.com/@jubileu.sul.brasil)



[redejubileusul](#)



[Jubileu Sul Brasil](#)



[Jubileu Sul Brasil JS/BR](#)